

Parcelamento Judicial da Dívida

Nagib Slaibi Filho

Desembargador do TJ/RJ. Professor da EMERJ e da UNIVERSO.

Na reforma das leis processuais, intenta-se não somente acelerar o procedimento, mas, principalmente, atender ao dever institucional e razão de ser da Justiça, que é a resolução dos conflitos de interesse e a efetiva realização de suas decisões.

Neste desiderato, a Lei nº. 11.382/06 acrescentou o artigo 745-A ao Código de Processo Civil, dispondo sobre os embargos do devedor na execução por título extrajudicial, e a possibilidade de o executado requerer o parcelamento do débito em até 6 (seis) vezes, comprovado o depósito de 30% do valor da execução.

Assim, ensina-nos Humberto Theodoro Júnior:¹

A medida tem o propósito de facilitar a satisfação do crédito ajuizado, com vantagens tanto para o executado como para o exequente. O devedor se beneficia com o prazo de espera e com o afastamento dos riscos e custos da expropriação executiva; e o credor, por sua vez, recebe uma parcela do crédito, desde logo, e fica livre dos percalços dos embargos do executado.

E o estimado mestre esclarece que a medida visa à realização da execução de forma menos onerosa para o devedor, atendendo ao disposto no conhecido artigo 620 da lei processual, e garantindo,

¹ Humberto Theodoro Junior, *A Reforma da Execução do Título Extrajudicial*, Ed. Forense, 2007, p. 216.

de outro lado, o recebimento pelo credor do crédito em um prazo menor do que o inicialmente esperado.

A solução está prevista na lei somente para a execução por título extrajudicial, levando à natural indagação quanto à aplicação dessa moratória no procedimento do cumprimento de sentença.

Humberto Theodoro Júnior entende que não:

Com o parcelamento legal busca-se abreviar, e não procrastinar, a satisfação do direito do credor que acaba de ingressar em juízo. O credor por título judicial não está sujeito à ação executiva, nem tampouco corre o risco de ação de embargos do devedor. O cumprimento da sentença desenvolve-se sumariamente e pode atingir, em breve espaço de tempo, a expropriação do bem penhorado e a satisfação do valor da condenação. Não há, pois, lugar para prazo de espera e parcelamento num quadro processual como esse.²

Tal entendimento conduz a uma séria limitação para o magistrado na prestação jurisdicional, o que neste estudo se pretende obviar, pois:

A eficiência do Poder Judiciário deixa de ser matéria de exclusiva atenção dos integrantes da comunidade jurídica, para merecer do universo da sociedade a crítica e a vigilância daqueles que sabem que somente os órgãos da Justiça podem tratar, em igualdade de condições, os indivíduos que se diferenciam pela maior ou menor capacidade de lutar pelos seus interesses e, em consequência, de garantir a própria existência e desenvolvimento.³

Enfim, a lei é um roteiro seguro para o magistrado no julgamento da lide e no cumprimento da sentença, como indicam os arts. 126 e 127 do Código Processual, sem que, no entanto, nela se esgotem as possibilidades para as resoluções dos casos, pois o magistra-

² Humberto Theodoro, *op. cit.* p. 217;

³ Nagib Slaibi Filho, *Direito Constitucional*, Rio de Janeiro, Ed. Forense, 2006, p. 538.

do também deve se ver obrigado a se socorrer da analogia, dos costumes, dos princípios gerais do Direito, somente podendo julgar por equidade quando autorizado pela norma legal.

A lei não prevê o parcelamento do débito no cumprimento da sentença, mas a tal se viu obrigado o signatário a conceder.

Houve um caso concreto em que um grande condomínio de unidades residenciais fora condenado a indenizar a viúva de condômino que caíra no fosso do elevador.

Após a devida liquidação, em fase de cumprimento de sentença, foi realizada penhora *on line*, o que levou a agravo de instrumento em que argumentava o condomínio que o valor penhorado inviabilizou o prosseguimento de suas atividades, como, por exemplo, pagamento de água, luz, mais de três dezenas de empregados e fornecedores, requerendo o levantamento da penhora.

Observou-se de plano que o condomínio sequer se dera ao trabalho de convocar assembléia-geral para instituir meio de cumprimento da sentença, com a cobrança de cotas-extras, se não houvesse outro meio.

Enfim, não podia o magistrado, em sede de cumprimento de sentença, socorrer-se de cômoda posição legalista em face da iminente ocorrência de caos na vida condominial por sua impossibilidade de pagar salários aos empregados e as obrigações com os fornecedores públicos e privados.

Imagine agora se esse mesmo caso ocorresse antes da vigência da Lei 11.382/06, que incluiu o artigo 745-A ao CPC.

Nesse caso, os aplicadores do direito que se sentem mais seguros com as regras legais logo invocariam o artigo 126 do Código de Processo Civil, que dispõe: O juiz não se exime de sentenciar ou despachar alegando lacuna ou obscuridade da lei. No julgamento da lide, caber-lhe-á aplicar as normas legais; não as havendo, recorrerá à analogia, aos costumes e aos princípios gerais de direito.

Veja o que se decidiu no acórdão do Agravo de Instrumento nº 2007.002.03062, julgado pela Sexta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro:

“Agravado de instrumento nº 2007.002.03062

Agravante: Condomínio do Edifício Parque Residencial Centro do Rio

Agravado: Maria Efigênia Soares de Figueiredo

Interessada: Marítima Seguros S/A

D E C I S Ã O

Cumprimento de sentença visando à satisfação da quantia de R\$ 140.558,52, valor de abril de 2006 (fls. 58/59 deste instrumento).

O condomínio reclama que a penhora on line chegou a R\$ 168.706,22, bloqueando-se a quantia de R\$ 34.108,02, o que inviabiliza o seu funcionamento, pois tem receita e despesa orçadas em mais ou menos R\$ 100.000,00 mensais com obrigações junto a 32 empregados, mais pagamento de água, luz, elevadores e encargos em outra causa.

Pediu reforma da decisão que mandou fazer a penhora on line com o acréscimo de 10% do art. 475-J do Código de Processo Civil, restringindo-se a penhora em 15% do que arrecadar diariamente, liberando-se a conta nesta proporção.

Reconheço a urgência do pedido condominial posto como liminar neste recurso incidental em face de suas obrigações perante empregados e terceiros, assim propiciando a continuação da vida comunitária.

Por outro lado, a credora é pessoa idosa.

Incide o disposto no art. 475-M da lei processual, pois o prosseguimento dos atos executivos, pelo modo pelo qual se realiza, poderá causar lesão insuportável a uma grande comunidade de pessoas, o que deve ser levado em conta juntamente com o direito da credora de ver o seu crédito satisfeito.

O fato é que os condôminos, neste caso, sequer se reuniram em assembléia-geral para discutir e encontrar solução para o pagamento a que foram condenados, razão pela qual devem ser compelidos ao cumprimento de seu dever social.

Assim, visando atender tanto quanto possível aos interesses dos envolvidos, propiciando meios razoáveis para o cumprimento da sentença e a manutenção da vida comunitária, procedo ao seguinte escalonamento da dívida:

a) mantenho a penhora de R\$ 17.000,00 (dezessete mil reais), liberando o restante que se encontra bloqueado;

b) como as cotas devem ser pagas até o dia 10 de cada mês, no dia 13 deste mês de fevereiro deverá ser bloqueada a quantia de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais);

c) restando, a grosso modo, a quantia de R\$ 135.000,00 (cento e trinta e cinco mil reais), e suprimindo a omissão dos condôminos-devedores que não instituíram cota extra para o pagamento de tal obrigação, decreto cota-extra, a ser satisfeita pelas 412 (quatrocentas e doze) unidades, durante 5 (cinco) meses, de R\$ 65,00 (sessenta e cinco) reais para cada uma delas;

d) a cobrança da cota extra ora constituída, ao menos por enquanto, não necessita de garantia pela penhora on line, pelo que determino ao Senhor Síndico, no segundo dia útil seguinte ao vencimento de cada contribuição, pagar o devido diretamente à credora, com cópia do demonstrativo do banco recebedor.

Em face do constante nos itens a) e b), a penhora on line será levantada integralmente no dia 15 deste mês, autorizando-se o pagamento, à credora, das quantias mencionadas em tais itens.

Delego à ilustre Juíza de Direito da 46ª Vara Cível o que mais for necessário para o cumprimento desta decisão.

Cópias desta decisão deverão ser urgentemente afixadas por Oficial de Justiça nas portarias e nos elevadores do Condomínio.

Oficie-se ao Juízo de origem.

Intimem-se a agravada e o interessado para impugnar este recurso, querendo, no prazo legal.

Rio de Janeiro, em 2 de fevereiro de 2007.

Desembargador Nagib Slaibi Filho

Relator"

Tal decisão relatorial foi prestigiada pelos integrantes do órgão fracionário.

Enfim, no julgamento dos casos concretos, ainda em sede de cumprimento de sentença, pela analogia autorizada pelo disposto no art. 126 da lei processual, pode e deve o magistrado, fundamentadamente, parcelar a dívida.📄